



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete da 1ª Vice-Presidência

403 AB

CORTE ESPECIAL

Agravo Regimental no Recurso Especial no Processo nº 314473-8

Recorrente(s): TNL PCS S/A

Recorrida(s): Maria Elisabete da Silva Limeira

Relator: Des. Leopoldo de Arruda Raposo

EMENTA

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. APLICABILIDADE DE DECISÃO DE MÉRITO DO STJ EM SEDE DE RECURSO REPETITIVO (ART 543-C, § 7º, INCISO I, DO CPC). DECISÃO AGRAVADA EM CONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO DO STJ. RECURSO NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Não se observa, neste recurso, qualquer argumentação que venha ensejar a pretendida reforma da decisão agravada, eis que a matéria dos presentes autos foi decidida conforme o entendimento firmado pelo STJ, pela sistemática dos recursos repetitivos, no REsp nº 1.033.241/RS, no sentido de que a complementação buscada pelos adquirentes de linha telefônica mediante contrato de participação financeira deve tomar como referência o valor patrimonial da ação apurado com base no balancete do mês da respectiva integralização.

2. Agravo desprovido por unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo Regimental no Recurso Especial no Processo nº 314473-8, em que figuram, como recorrente, TNL PCS S/A e, como recorrida, Maria Elisabete da Silva Limeira, à unanimidade



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete da 1ª Vice-Presidência

404 DGL

ACORDAM os Desembargadores integrantes da Corte Especial deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, em **negar provimento** ao presente recurso, consoante relatório, votos e ementa que integram este julgado.

Recife,



Des. Leopoldo de Arruda Raposo
1º Vice-Presidente



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete da 1ª Vice-Presidência

39688

CORTE ESPECIAL

Agravo Regimental no Recurso Especial no Processo nº 314473-8

Recorrente(s): TNL PCS S/A

Recorrida(s): Maria Elisabete da Silva Limeira

Relator: Des. Leopoldo de Arruda Raposo

RELATÓRIO

Agravo Regimental interposto contra decisão proferida por esta Vice-Presidência que, com fundamento no art. 543-C, § 7º, I, do CPC, não admitiu o recurso especial (fls. 358/359).

Em síntese, a decisão agravada negou seguimento ao recurso especial por entender que a complementação buscada pelos adquirentes de linha telefônica mediante contrato de participação financeira, deve tomar como referência o valor patrimonial da ação apurado com base no balancete do mês da respectiva integralização, existindo nesse sentido, inclusive, julgamento de mérito do REsp nº 103.324.1 - RS, em sede de recurso repetitivo.

Alega a agravante, em primeiro lugar, a ofensa a norma infraconstitucional, uma vez que não foi levado em consideração por este Tribunal que é parte ilegítima para figurar no polo passivo da demanda e que "o fato da demandada/recorrente ter procedido à realização dos cálculos relativos ao contrato de participação financeira de titularidade da autora/recorrida com base nos critérios previstos nas Portarias Ministeriais vigentes à época não significa que tenha atuado em desconformidade à determinação da Súmula nº 371 do STJ, visto que nada obsta a que o valor patrimonial da ação apurado no primeiro ou último balanço posterior, ou mesmo de acordo com o valor de mercado, coincida exatamente com aquele apurado no balancete do mês da integralização." (fl. 371).

É o relatório.

Recife,


Des. Leopoldo de Arruda Raposo
1º Vice-Presidente



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete da 1ª Vice-Presidência

398 ASL

CORTE ESPECIAL

Agravo Regimental no Recurso Especial no Processo nº 314473-8

Recorrente(s): TNL PCS S/A

Recorrida(s): Maria Elisabete da Silva Limeira

Relator: Des. Leopoldo de Arruda Raposo

VOTO

De início, ressalte-se que sobre a suposta ilegitimidade passiva alegada pela parte recorrente, o Órgão Colegiado se manifestou claramente às fls. 219.

Não observo, neste recurso, qualquer argumentação que venha ensejar a pretendida reforma da decisão agravada, eis que a matéria dos presentes autos foi decidida no âmbito do STJ, pela sistemática dos recursos repetitivos, no REsp nº 1.033.241/RS, ocasião em que restou sufragado o entendimento de que a complementação buscada pelos adquirentes de linha telefônica mediante contrato de participação financeira deve tomar como referência o valor patrimonial da ação apurado com base no balancete do mês da respectiva integralização.

É o que se depreende do referido paradigma:

"COMERCIAL E PROCESSUAL CIVIL. TELECOM. CRT. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES. DIFERENÇA. PRESCRIÇÃO. DIREITO PESSOAL. DIVIDENDOS. ARTS. 177 DO CC/1916, 205 E 2.028 DO CC/2002. VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO. APURAÇÃO. CRITÉRIO. BALANCETE DO MÊS DA INTEGRALIZAÇÃO. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. LEI N. 11.672/2008. RESOLUÇÃO/STJ N. 8, DE 07.08.2008. APLICAÇÃO.

I. Nas demandas em que se discute o direito à complementação de ações em face do descumprimento de contrato de participação financeira firmado com sociedade anônima, a pretensão é de natureza pessoal e prescreve nos prazos previstos no artigo 177 do Código Civil revogado e artigos 205 e 2.028 do Novo Código Civil.

II. A complementação buscada pelos adquirentes de linha telefônica mediante contrato de participação financeira, deve tomar como referência o valor patrimonial da ação apurado com



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete da 1ª Vice-Presidência

399 Dgl.

base no balancete do mês da respectiva integralização (REsp n. 975.834/RS, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, unânime, DJU de 26.11.2007).

III. Julgamento afetado à 2ª Seção com base no procedimento da Lei n. 11.672/2008 e Resolução n. 8/2008 (Lei de Recursos Repetitivos).

IV. Recurso especial conhecido em parte e provido. (STJ – 2ª Seção, REsp 1033241/RS, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, DJe 05/11/2008)

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso.

É como voto.

Recife,

Des. Leopoldo de Arruda Raposo
1º Vice-Presidente